

Há de tudo na "cidade" do Congresso

LEDA FLORA

Visto de fora, plantado num imenso gramado, o Congresso Nacional, conjunto arquitetônico internacionalmente consagrado por suas linhas originais e ousadas, é imponente e frio. Mas no seu interior vive-se outra realidade, pois fervilha uma espécie de cidade autônoma, com serviços sofisticados como um heliporto, essenciais como supermercado, bancos, restaurantes, atendimento médico, e um comércio variado e ligeiramente invisível que alimenta a economia subterrânea do País, onde se vende de leitão assado a ovos caipiras, passando por leitura de búzios, muambas paraguaias, tapetes "arrayolo" e jóias.

Com os trabalhos constituintes, o movimento aumentou muito e, todos os dias, circulam nas dependências do Congresso, em especial nos salões e no cafezinho da Câmara, todo tipo de gente. Além dos senadores, deputados, funcionários e jornalistas credenciados, multidões de turistas, lobistas, estudantes, sindicalistas, assessores ministeriais e presidenciais, crianças, pedintes, comerciantes, aficionados da política e até alguns doidos, todos mansos, que praticamente integram o dia-a-dia da Casa. Na verdade, o Congresso foge da fama de triste que sempre cercou a capital da República: é a "cidade" alegre dentro de Brasília.

Para o político experiente que hoje é constituinte, Brasília é uma circunstância quase ignorada na sua vida porque ele pode resolver quase tudo de que precisa no trabalho. Mal conhecem a Capital e, certamente, a maioria teria dificuldades se decidisse, por exemplo, sair dirigindo o próprio automóvel. Para o estreado, a verdade do Congresso ainda não é bem conhecida pela simples questão de falta de tempo. E para os que deixaram a política e resolveram morar em Brasília, como o ex-deputado Marcelo Linhares, houve mudança radical: ele aprendeu a procurar carpinteiro, bombeiro, eletricitista, descobriu uma agência da ECT perto de casa, conheceu restaurantes brasileiros, passou a pagar contas de água, luz e telefone: "Tive de me reciclar", conta.

Na "cidade" do Congresso existem outras peculiaridades. Do lado do Senado os serviços são mais generosos. Afinal, para 72 senadores, trabalham 1944 funcionários estatutários, 1565 celetistas, além de 1583 da gráfica e 372 do Prodasen, embora estes dois serviços sejam também utilizados pela Câmara. No gabinete de cada um, o chefe, o subchefe, o assessor técnico, dois secretários parlamentares, dois assistentes, um contínuo, um motorista, e funcionários requisitados.

Para 487 deputados, 3200 funcionários e, nos gabinetes, o grupo disponível para o atendimento direto é bem menor: um secretário, um assistente e um adjunto, sendo que este último cargo pode ser desdobrado em dois, sem acréscimo de dinheiro, se assim preferir o titular. Essas pessoas são escolhidas de forma pessoal pelos deputados e não integram o corpo fixo de funcionários da Casa.

Enquanto os senadores costumam ser muito "papariçados", os deputados nem sempre contam com deferências da parte dos funcionários, exceto os que ocupam cargos de relevo e, por isso mesmo, possuem mais de um gabinete. Tradicionalmente, o relacionamento dos senadores com o pessoal é mais próximo e amigo e uma das características da administração é a elegância das mulheres e a polidez dos homens, o que não constitui marca da Câmara.

E é por aí que alguns senadores conseguem serviços extras, como o de funcionários que levam pão e leite para o bom dia no apartamento funcional, levam e pegam a bagagem no aeroporto, pagam as contas pessoais, providenciam serviços de lavanderia, compram bilhetes de teatro, preparam festas, coquetéis e jantares, compram presentes, enviam flores, fazem a matrícula nas escolas para os filhos, resolvem sobre consultas médicas da família. No meio de tudo, uma curiosidade: houve um que pintava, religiosamente, os cabelos do chefe. Mas não para aí, pois ali não falta especialista para levar os senadores às colunas sociais.

Na "cidade" do Congresso, ao contrário das outras, existem dois prefeitos: os presidentes da Câmara e do Senado. Para ambos convergem as decisões políticas mais importantes, embora haja um secretariado, denominado de Mesa, que se reúne periodicamente para deliberações. O 1º secretário, em ambas as casas, é o segundo na escala de poder, pois lida com os problemas de toda a administração. De um modo geral, senadores e deputados gostam de integrar as mesas, sendo que as disputas são maiores na Câmara porque os cargos se traduzem em regalias comuns ao Senado, como o automóvel individual e permanente e a franquia telefônica.

Para facilitar as funções legislativas, a Câmara oferece aos deputados uma série de serviços oficiais: o heliporto de emergência, estacionamentos, o setor de trânsito onde são feitas transferências de veículos, emplacements, licenciamentos, seguros obrigatórios e pagamento de taxas rodoviárias, balcão das principais empresas aéreas do País e um grande departamento médico.

Há uma cooperativa que cuida de um supermercado, cujas despesas podem ser descontadas na folha de pagamento, um serviço do corpo de bombeiros, agência da ECT, barbearia, engraxate, agência do Banco do Brasil, da CEF, e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Há o IPC, uma entidade de previdência privada, duas bancas de jornais e revistas, três lanchonetes, três restaurantes, serviço de telex para transmitir discursos, projetos, pareceres e outras matérias legislativas para jornais, desde que autorizados pela Mesa e com, no máximo, 40 linhas. As sedes social e campestre do Clube do Congresso constituem extensões desses serviços, que por sinal são democráticos e alcançam quase todo o corpo funcional.

No Senado a lista de serviços é semelhante, embora proporcionalmente menor. Mas ali há um algo mais, o chá, para os senadores e seus convidados, que inclui gratuitamente o leite, o sanduíche, e o biscoitinho num ambiente privê. Na Câmara, só o cafezinho, no balcão.

Mas outras facilidades existem para isolar os parlamentares da realidade de Brasília, como a manutenção dos apartamentos funcionais. Em caso de qualquer estrago, é só telefonar e, com uma eficiência alemã, surge o operário especializado e resolve o problema, por conta exclusiva da Câmara ou do Senado. Em duas superquadras funcionam "oficinas" apenas com a finalidade do reparo.

ECONOMIA SUBTERRÂNEA
Oficialmente o comércio é proibido no Congresso, embora exista de forma esbanjosa. Ninguém entra carregado de malas, no melhor estilo mascate, mas a mercadoria chega, por intermédio de funcionários e seus familiares, de gente totalmente estranha às casas, ou depois de combinado pelo telefone. O jeitinho fun-

ciona e ter amigos ajuda muito. O comércio não é destinado exclusivamente aos senadores e deputados, abrangendo largamente os funcionários.

Durante a fase em que o bol gordo ficou no pasto, nunca faltou carne no Congresso e o áglio foi majorado algumas vezes. Mas independente de crise no abastecimento são comuns os seguintes itens: jóias, bijuterias, roupas, sapatos, jogos de loteria até prontos e naturalmente um pouco mais caros, bebidas, perfumes, aparelhos telefônicos mais sofisticados, toda sorte de muambas do Paraguai, quadros, livros, óculos, queijos, arroz e feijão sem agrotóxicos, ovos e frangos caipira, leitão assado, consórcio de carros, esculturas, plantas ornamentais, tapetes. Ultimamente, um produto está em alta cotação: balas de coco caseiras.

Mas no Congresso também pode-se jogar no bicho, em casos de necessidade o agiota aparece, há quem leia mão e joga búzios, muita venda de terra e de carros e, quando a lei não impedia, negócios em torno de telefones. Circulam também corretores de auto-escolas em busca de novos alunos.

O GRUPO EXTRAVAGANTE
Por ser um poder desarmado e constituído pela vontade do povo nas urnas, o Legislativo é mais aberto e faz vista grossa para pessoas que ali transitam sem nenhuma finalidade específica. Alguns são bem conhecidos, a segurança não os barra e, entre risos e carinhos, acabaram absorvidos: são os extravagantes.

A "vovó" mora numa cidade-satélite afastada e, fazendo frio ou calor, anda encapotada. Conversa com desenvoltura, explica que é aposentada, e freqüenta o Congresso pela necessidade de distribuir avulsos de projetos de lei e ler jornais. O "amigão" é falante e tem mania de telefone na madrugada: "Olha, nós precisamos ajudar o Sarney, a coisa não está bem e o Ulysses está mal encaminhado", diz ele, e sempre tem resposta de um deputado.

O "professor" bem vestido, unhas polidas, tem a maior intimidade com os parlamentares: "Como vai, meu querido, tudo bem?" E, num gesto muito comum aos políticos, dá um tapinha no ombro. Com sua candidatura a deputado sempre constante das conversas, apontando a própria competência, o "professor" gosta de contar sua intimidade com o presidente José Sarney, enfatizando que ambos são maranhenses e, por isso mesmo, sabe de uma doença que o acometeu, muito séria, da qual a imprensa jamais tomou conhecimento.

Sério, caladão, o dono do Planeta Terra faz mapas astrológicos sobre o Brasil e o mundo, capazes de orientar o dia-a-dia político e econômico. Tira xerox e coloca em algumas mesas, saindo sem maiores informações. E existe a "tia", bastante idosa, que aperta bochechas parlamentares e gosta de dizer: "Que homem bonito. Que graçinha". Deve ser a namorada de muitos.

ATÉ O TEATRO
Na "cidade" rica de tipos e situações, a praça principal é o tapete verde, como é chamado um amplo salão da Câmara, lugar aberto de encontros e conversas, e onde o trânsito é pesado, embora não passem veículos. E, bem pertinho, o teatro, ou melhor, o plenário, onde começa a ser encenada a futura Constituição do País e o peso do artista vale muito, embora a premiação só venha a sair em 1990, quando novamente as urnas estarão abertas para recolher a referência do povo brasileiro.

Queiroz tenta definir tempo do presidente

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz (MS), que anunciou a apresentação do projeto de decisão fixando em seis anos o mandato do presidente Sarney, explicou ontem que a viabilidade ou não da sua proposta vai depender da redação do parágrafo 7º, do artigo 57 do regimento interno da Constituinte, a ser votado nesta terça-feira.

Se for mantida a redação do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso, a proposta será oficializada, porque ele entende que o presidente Sarney não pode ficar à mercê do jogo político, aguardando a fixação do período do seu mandato até a promulgação da nova Constituição.

Disse Saulo Queiroz que a Constituinte tem poderes para extinguir ou reduzir o mandato de quem quer que seja, mas "isto é extremamente perigoso e danoso quando se trata do mandato do presidente da República". A sua idéia é ratificar, desde já, os seis anos previstos na Constituição em vigor, para que o presidente Sarney possa governar sem as pressões que a indefinição do mandato acarretam.

Constituinte pode votar o regimento terça-feira

Depois de uma paralisação de dez dias, provocada pelo carnaval, a Constituinte reiniciará seus trabalhos amanhã devendo começar a votar o regimento interno na terça-feira. O PMDB e o PFL já chegaram a um acordo sobre o artigo 57 e o parágrafo 7º da proposta, elaborada pelo senador Fernando Henrique Cardoso. Aceitaram aprovar emenda substitutiva do deputado Maurício Ferreira Lima, que restringe a soberania da Assembleia e atribui-lhe poderes apenas de salvaguarda contra medidas que possam ameaçar seus trabalhos e decisões.

Mas a aprovação do regimento interno não está ainda assegurada, porque a bancada do PMDB na Câmara não aceita o funcionamento simultâneo do Congresso e da Constituinte. A bancada peemedebista decidiu que a Câmara deve permanecer em recesso até a promulgação da nova Carta. No Senado, o partido defende o funcionamento extraordinário da Casa, pois os senadores temem que a paralisação dos seus trabalhos facilite a adoção do sistema unicameral.

O presidente do Senado, Humberto Lucena, marcou para amanhã reunião com os líderes partidários e

membros da Mesa Diretora para discutir a adaptação do regimento do Senado a uma nova sistemática de funcionamento, mas não aceita o recesso branco. Já o líder peemedebista na Câmara, Luis Henrique, não concorda com o funcionamento da Casa nesse período, alegando que, se isso acontecer, "não teremos uma verdadeira Constituinte, mas uma farsa".

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, alega que seu partido não deseja o funcionamento regular das duas Casas, mas não aceita sua paralisação até a promulgação da nova Constituição. Até amanhã, os líderes da Aliança Democrática estarão empenhados na busca de uma solução conciliadora das duas posições, mas o presidente José Sarney já adiantou que não concorda com a suspensão dos trabalhos do Congresso.

O presidente da República transmitiu pessoalmente sua posição ao líder governista Carlos Sant'Ana, acrescentando que, apesar disso, não pretende interferir na definição de critérios para o funcionamento da Câmara e do Senado. Para Sarney, a periodicidade das suas sessões deve ser definida pelos líderes partidários, mas o que ele não aceita é o recesso branco.



Decretos-leis aguardam leitura

São 127 decretos-leis que esperam leitura no Congresso Nacional para, só então, ter iniciada sua tramitação legislativa, podendo ser aprovados ou rejeitados por maioria absoluta dos congressistas (280) ou aprovados por decurso de prazo. Desde meados de 1985 que o Congresso Nacional não consegue — com exceção do decreto do Plano Cruzado — quórum para a leitura de decretos-leis, mesmo sendo necessários, em plenário, para isso, apenas um sexto dos congressistas (94).

A tarefa de leitura desses 127 decretos-leis — e mais 65 vetos presidenciais a iniciativas de deputados e senadores — para o início da tramitação, parece praticamente impossível, principalmente se o Regimento Interno definitivo da Assembleia Nacional Constituinte for aprovado como está redigido.

Prevê o último artigo do regimento que "a partir de 1º de março de 1987, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional reformularão seus regimentos internos para compatibilizar a realização de suas sessões, em caráter extraordinário, ao funcionamento prioritário da Assembleia Nacional Constituinte".

Com isso, entendem os regimentalistas, será praticamente impossível dar conta da imensa pauta a espera de leitura. Em cada sessão — para se ter uma idéia — podem ser lidos até dois decretos-leis, o que demandaria 64 sessões para vencer a atual pauta apenas de decretos-leis. Há, ainda, a possibilidade de se poder ler três decretos por sessão, o que diminuiria tarefa para 43 sessões.

Como o funcionamento da Câmara e do Senado não terá a intensidade necessária, esses decretos-leis e vetos vão ficar no Senado até depois da Constituinte e, possivelmente, serão desengavetados apenas no próximo ano.

Dois 127 decretos-leis que estão esperando leitura e numeração — para, então, serem criadas comissões mistas para apreciação em 80 dias e mais 10 sessões até o decurso de prazo, se não houver deliberação — apenas um vem provocando polêmica: aquele que instituiu o pagamento do compulsório na compra de dólares e passagens para o Exterior, para compra de carros novos e usados e para o consumo de gasolina. Este, o Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, representou o primeiro ajuste do Plano Cruzado, cujo decreto-lei, de 29 de fevereiro do ano passado, foi lido e aprovado por acordo de líderes.

Senador quer Judiciário mais forte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador Iram Saraiva (PMDB-GO) quer que a Assembleia Nacional Constituinte coopere para o fortalecimento do Poder Judiciário no Brasil contribuindo para a definição de sua autonomia financeira, administrativa e política. Para o senador goiano, o Judiciário como a "chave do sistema democrático" necessita de instrumentos adequados para operar neste sentido. O senador explicou que até o advento da Nova República o País vivia num regime de exceção, sob atos institucionais com poderes superiores aos da própria Constituição. Nesse período, disse, "O Poder Judiciário foi desprestigiado, embora com as parcas forças que ainda lhe restavam tentasse proferir com dignidade seu entendimento e proclamar seu desempenho com independência".

Sobre a autonomia financeira, o representante de Goiás na Constituinte afirmou que o Poder Judiciário não arrecada para si. "O que arrecada, mesmo no exercício de suas funções precípua (administração e justiça), a título de custas e emolumentos, transfere para os cofres públicos sem qualquer reversão". Quanto à autonomia administrativa, Iram Saraiva acentuou que com os meios obtidos orçamentariamente o Poder Judiciário se organiza e exerce sua principal função: prestar jurisdição. "Só que o Poder Judiciário não pode criar cargos de juízes, não pode criar cargos de escrivão, de escreventes ou de oficiais de justiça, dependendo dos mínimos detalhes do Poder Executivo", lamentou Iram Saraiva.

No plano político, segundo o senador goiano, não é diferente. Os juízes ingressam na carreira mediante concurso de provas e títulos, mas dali para a frente tornam-se totalmente dependentes do Executivo, desde a primeira nomeação até a última, tanto no Judiciário estadual quanto no federal.